

REDES AFROINDIGENAFETIVAS: TRAJETÓRIAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS E EM OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO

Marta Quintiliano

O amor cura, transforma, recria e cria redes de afro, indígena,
trans, gay, lésbica afetivos.

Marta Quintiliano

Este capítulo faz parte da minha dissertação de mestrado intitulada *Redes afroindigenafetivas: uma autoetnografia sobre trajetórias, relações e tensões entre cotistas da pós-graduação e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás*. Trato aqui da formação das redes entre negros, negros quilombolas e indígenas como forma de sobrevivência dentro das instituições públicas. Os diversos trajetos acadêmicos e de vida das pessoas, apresentados no texto de origem, apontam para muitas questões importantes da pós-graduação na universidade brasileira. Mostram avanços significativos e, ao mesmo tempo, trazem relatos de dor e sofrimento.

O entrelaçamento destes caminhos é uma estratégia potente para o bem-estar das pessoas que integram as redes mencionadas e para a conclusão de uma tra-

jetória acadêmica completa. Para Herbetta (2014, p. 12), “estes movimentos associados formam linhas que se retroalimentam, se entrelaçam, e possuem relação direta com a noção de transformação”.

Discutindo sobre as linhas que formam redes, Ingold (2011, p. 74) observa: “a linha é ainda percebida como algo em movimento e crescimento. A vida é vivida, penso, através de caminhos, não apenas lugares, e caminhos são linhas de alguma forma”. Para o mesmo autor, “inclusive, linhas possuem o poder de mudar o mundo!” (p. 74).

As linhas e redes me lembram “ubuntu”, alteridade e empatia, palavras que aprendi como conceitos na universidade, mas que foram uma prática constante em minha família. Sempre fomos empáticos com as pessoas, independente de quem fosse. Na infância, morei com minha família em uma chácara, e aqueles que passavam perto de nossa casa e pediam comida ou água eram bem recebidos. Cresci vendo e praticando atitudes que envolviam o colocar-se no lugar dos outros.

Porém, ao entrarmos na universidade, começam a surgir os questionamentos a respeito dessa prática, aliás, tão comum entre as famílias negras e quilombolas e outros povos. Foi nesse processo que descobri a palavra ubuntu, e ela passou a fazer parte da minha forma de vivenciar o mundo. Comecei a me preocupar em despertar no outro o ubuntu que existe em todos nós. Palavra que sintetiza tudo aquilo que eu sou, sem saber que era: ubuntu, cujo significado é “a humanidade como valor”, na definição dada por Jean-Bosco Kakozi Kashindi (2018, p. 3):

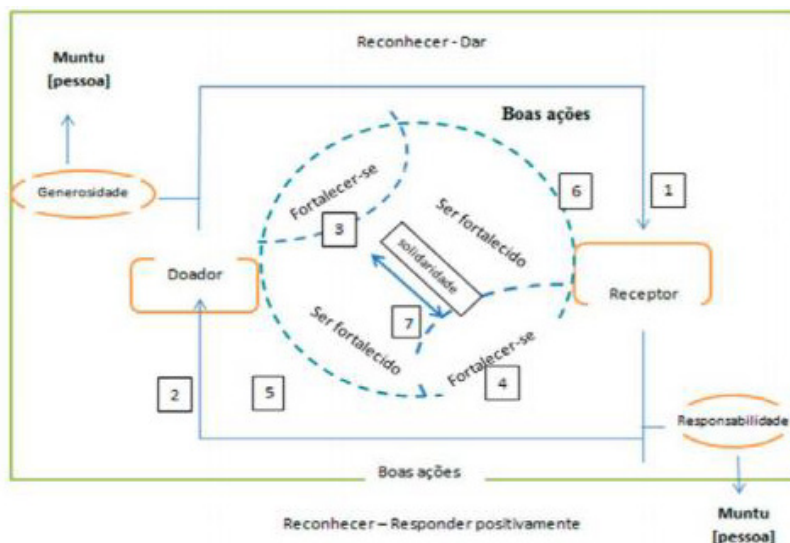
Os povos africanos, em geral, têm uma forma particular de viver e expressar o mundo que os caracteriza, os determina e os diferencia de outras povoações. Essa forma é sua visão de mundo, é ubuntu. E, a partir daí, todo o edifício ético-filosófico africano é construído. Chega-se a tal construção, partindo da ideia de humanidade, delimitada pelo termo ubuntu. Em termos gerais, ubuntu significa, por um lado, a humanidade como valor.

Conheci o professor Jean-Bosco em Redenção, Ceará, em 2018. Estávamos em um evento sobre descolonização de saberes e ficamos hospedados na casa

da professora Natalia Cabanillas. Ao final do evento, ela nos convidou, a cada um, para dar uma aula a respeito do tema a fim de que os alunos pudessem experimentar outras visões e compreensões de mundo. Ministrei uma aula sobre quilombo, durante a qual um aluno perguntou-me sobre a origem da palavra ubuntu, que trago tatuada no meu braço.

Tentei explicar o conceito, porém a professora Natalia Cabanillas pediu a Kakozi Kashindi que o fizesse, já que ele estudava a temática. Foi uma experiência incrível ouvi-lo falar do ubuntu (Figura 1). Aproximei-me ainda mais dessa filosofia, que há tempos vinha pesquisando em textos científicos centrados no assunto. Kakozi Kashindi enviou-me sua tese de doutorado, na qual estuda o conceito, e desde então me aproximei mais do real significado da palavra.

Figura 1– Esquema explicativo do ubuntu



Fonte: Kakozi Kashindi (2018).

Na legenda do esquema, lê-se:

A pessoa que dá (o doador) reconhece o outro (o receptor) como pessoa (muntu) e oferece-lhe algo de graça, por isso é [considerada] generosa (procede bem). Ambas as pessoas são “bantu” (pessoa).

O receptor reconhece o bem recebido do doador e responde positivamente. Ele é responsável.

O doador, quando recebe e dá gratuitamente, se fortalece.

O receptor, quando reconhece o bem recebido e responde oferecendo algo gratuitamente, também se fortalece.

O doador é fortalecido quando recebe o bem (a resposta positiva) do receptor.

O receptor é fortalecido quando recebe o bem do doador.

Quando ambos se fortalecem [...], tornam-se sólidos e, portanto, é gerada a solidariedade.

Como, porém, ser solidário em uma estrutura criada para a competição, como a universidade? Como produzir o comum e o afeto em um espaço construído pelo patriarcado, com o único objetivo de formar sujeitos capazes de servir ao capitalismo? Para Raquel Gutiérrez (2016), essas reflexões são necessárias ante a crescente valorização do capitalismo, marcado por governos cuja preocupação é exclusivamente com o acúmulo do capital. Ignoram-se outras formas de vida, como a vida comunitária, e desconsideram-se aqueles que dependem das terras e de outros bens.

Diante de tal sistema, desenvolver o desapego no espaço acadêmico, criado para a competição, não é uma tarefa fácil. Nos meus primeiros anos de universidade, deixei-me contaminar com a falta de afeto. É como um vírus que ataca e, embora tentemos permanecer fortes contra ele, para restabelecermos é necessária uma dose de remédios, chás e repouso. Entretanto estou determinada a isto: não posso deixar de vivenciar os costumes da minha ancestralidade.

Em 2013, estava almoçando com meu colega Mário no Restaurante Universitário (RU) quando se aproximaram dois estudantes negros que pediram para se sentar conosco. Fomos apresentados e continuamos comendo e conversando

sobre vários assuntos. Os estudantes eram de Moçambique, segundo eles. O quilombo já estava formado.

Nossa rede começou então a aumentar, e pessoas que se pareciam comigo e se preocupavam com meu bem-estar físico e psicológico passaram a fazer parte de minha trajetória acadêmica. Decidi, portanto, que ia ser mais afetuosa e ajudar outras pessoas a encontrar novamente a sua essência, e assim o fiz. Aliás, não existe nada grandioso nisso, é apenas uma questão de enxergar o outro e respeitá-lo tal como ele é.

Nesse intuito, comecei a fotografar a UFG, decidindo-me a ter para a instituição um olhar que não fosse de rancor. Como estudante de Relações Públicas, eu trabalhava na TV UFG, e uma das coisas que resolvi compartilhar em minha rede social através de fotografias foi o entardecer visto do terceiro andar da RTVE. Ele era tão perfeito que eu não podia guardar aquela visão só para mim. Segui fotografando e frequentando grupos de negros africanos e negros diaspóricos, e percebi que, nestes últimos, sempre havia dor, sofrimentos e problemas psicológicos. Já entre os africanos era diferente, eles sempre sorrindo, festejando, conversando, planejando viagens. Aliás, é compreensível a existência de diferenças e semelhanças entre os países e entre nós, principalmente em relação ao lado econômico.

Apesar das diferenças, no entanto, elas não dividiam nosso “quilombo”: somos irmãos e nos tornávamos cada vez mais fortes. Em uma conversa com Eduardo Moss, um dos integrantes do nosso grupo de amigos africanos residentes no Brasil, escutei:

Eu descobri que era negro aqui. As pessoas fazem questão de escancarar o seu racismo, em todos os lugares. Compreendem a África como um país, e o discurso é que todo africano passa fome, não enxergam o lado B, só reproduzem o que veem na TV. Estar aqui, às vezes, é bem estranho. Muitas vezes querem pagar a conta, chamam para comer na casa deles como se não tivéssemos dinheiro.

Eduardo tinha razão: aqui tudo que destoa da branquitude é questionado, não é benquisto. Muitos desafetos e desamores foram arquitetados contra os negros pelo colonizador ao longo do processo escravocrata. Nossos ancestrais foram tratados no Brasil como animais irracionais. Ainda trazemos no corpo, na alma e no inconsciente as marcas das violências sofridas na travessia do Atlântico, portanto, muitas vezes, a única estratégia era não estabelecer laços profundos de afeição. A comercialização dos nossos corpos nos afastava de qualquer possibilidade de criação de afetos. Não criar laços era uma maneira de se proteger do banzo e da destruição dos núcleos familiares com o tráfico dos filhos recém-nascidos, dos companheiros e, por fim, da mãe. De acordo com bell hooks (2010, p. 2),

[a] prática de se reprimir os sentimentos como estratégia de sobrevivência continuou a ser um aspecto da vida dos negros, mesmo depois da escravidão. Como o racismo e a supremacia dos brancos não foram eliminados com a abolição da escravatura, os negros tiveram que manter certas barreiras emocionais. E, de uma maneira geral, muitos negros passaram a acreditar que a capacidade de se conter emoções era uma característica positiva. No decorrer dos anos, a habilidade de esconder e mascarar os sentimentos passou a ser considerada como sinal de uma personalidade forte. Mostrar os sentimentos era uma bobagem.

E, de fato, até os dias de hoje, é possível perceber nas comunidades negras e quilombolas suas dificuldades de demonstrar afetos. Contudo, ainda assim, os membros destas comunidades sempre encontram uma maneira de expressá-los: fazendo uma comida, contando uma história, trançando os cabelos uns dos outros e por aí vai.

Nos últimos anos, vem surgindo no Brasil, no âmbito nacional, um movimento nas comunidades negras questionando a falta de afeto ali reinante e os porquês disso. Esse movimento afrocentrado positiva tudo que está relacionado a nós, população negra. A esse contexto, chamo movimento de afroafeto, pa-

lavra cujos radicais, já unidos gramaticalmente, unem-se também na direção de unidade, de ligação. Já que fomos castigados por vários anos pela sociedade racista, agora é o momento de afroafetuar-nos uns com os outros.

Desse movimento negro, dão notícia algumas entrevistas que realizei com os integrantes do meu círculo de amigos negros durante a dissertação que deu origem a este capítulo. Entre elas, está a entrevista concedida por Mário Eugenio Evangelista Silva Brito:

Era incrível como você conhecia os alunos negros de alguma forma, principalmente aqueles que circulavam no câmpus. Então! Eu olhava assim: Ah! não, esse aqui conhece alguém que participa do coletivo de estudantes negros. Foi assim que eu conheci o CANBENAS [Coletivo de Estudantes Negros/as Beatriz Nascimento]. Eu estava jogando xadrez com um aluno. Eu disse: “Cara, você participa de algum movimento?”. [E ele]: Eu particularmente faço capoeira, mas minha namorada é do coletivo de estudantes negros. Era a Fabiana. Eu conheci a Fabi, aí ela falou que estava organizando a semana do negro, um evento que chamava gente de fora para debater, existiam as questões culturais também. Eu me lembro que essa noite cultural foi no auditório do antigo Instituto Espaço Socioambiental (Iesa). [...] éramos muito poucos, mas esse pouco dava uma sensação de unidade (Entrevista nº 5, Goiânia, 21 de fevereiro de 2018).

O crescimento de grupos de negros que lutam para afirmar a sua negritude é de suma importância para as gerações futuras, constituindo também um tributo às gerações passadas, que tanto contribuíram para esse momento da valorização da estética negra. Em 2017, o *rapper* e poeta paulista Rincon Sapiência, fazendo eco ao movimento citado, trouxe a público a música “A coisa tá preta”, com o intuito de ressaltar a beleza negra. Segue um trecho da letra:

Ei, pela minha raça não tem amor
Lava a boca pra falar da minha cor
Se eles quiser provar do sabor
Peça benção pra bater no tambor

Nunca age, nunca fala
Que a melanina vira bengala
Só porque fugimos da senzala
Querem dizer que nós é mó mala

Abre alas, tamo passando
Polícia no pé, tão embaçando
Orgulho preto, manas e manos
Garfo no crespo, tamo se armando

De turbante ou bombeta
Vamo jogar, ganhar de lambreta
Problema deles, não se intrometa
Óia a coisa tá ficando preta
(A coisa tá preta, 2017).

O acesso à universidade e a criação de grupos de estudos possibilitaram a leitura de textos de autoras/es negras/os focada/os em outras narrativas que não as eurocêntricas. Essa literatura tem colaborado para fortalecer os espaços de resistência e aquilombamento dentro do ambiente acadêmico, onde se questionam o eurocentrismo e a construção do pensamento científico que não abrange a população negra e a indígena ou quaisquer outras minorias como produtoras de saberes.

A criação, em especial, de um grupo virtual de mulheres negras permitiu-me ler esses textos e livros voltados para a temática racial. Essa rede virtual, denominada Feminismo Negro, conta hoje (2022) com 15.644 membros e, embora traga discussões variadas, nós, as mulheres negras que a compomos, abordamos sempre

a temática da negação do afeto e a solidão que nos invade. A rede foi construída com mulheres de todo o Brasil, no entanto a criadora da página, Simone Chamara, eu a conheci em um grupo de feminismo em Goiânia. Tendo nos tornado amigas, discutíamos questões sobre feminismo negro, racismo e machismo. Com o passar do tempo, fomos construindo uma rede de afetos e trocas que não era possível dentro da Faculdade de Comunicação, onde eu cursava bacharelado em Relações Públicas. Participar dessas atividades fora do prédio da faculdade alargou-me a visão de mundo e a compreensão de alguns sabores e dissabores de ser mulher preta dentro de um universo de pessoas brancas.

Em consonância com as integrantes da rede Feminismo Negro, Angela Davis (1981) faz um comentário semelhante ao que foi dito por estas mulheres a respeito da solidão que experimentam: nós, mulheres negras, compreendemos toda a cadeia humana: os homens brancos, as mulheres brancas e os homens negros. E nós, em que momento seremos compreendidas? Ainda na mesma direção, Lázaro Ramos assinala em uma entrevista televisiva concedida em 2017:

Mas o afeto é potência. Olhar para o outro com desejo, potencializar o afeto por meio do toque, tudo isso traz autoestima e conforto. A morte pela solidão, por não receber um olhar de carinho, de desejo, é trágica. Eu me policio a cada dia para criar meus filhos com mais toque, com mais afeto e com mais consciência. Hoje há várias iniciativas da juventude negra que sonha e luta para ser dona do seu nariz e forma uma militância que vai além da consciência política – ela exige seus direitos, mas também sonha em ter afeto, ser desejada e formar parcerias.

O afeto para nós, negros, é caro, como afirma a estudante de Ciências Sociais Shayane Santana dos Santos ao conversarmos sobre afetos e “dororidades”, conceito criado por Vilma Piedade (2019). Tal definição remete ao fato de que, por muitos anos, fomos condicionadas a pensar apenas nas nossas dores e sofrimentos. Esquecemos de perceber a solidariedade e os afetos. Esquecemos o peso da coletividade para a construção do bem comum e para o enfrentamento

das desigualdades e injustiças sociais, conforme observam Aguilar, Trujillo e Linsalata (2016, p. 388, tradução nossa):

Esses bens que costumamos chamar de “comuns” – como água, sementes, florestas, sistemas de irrigação de algumas comunidades, alguns espaços urbanos autogeridos etc. – não poderiam ser o que são sem as relações sociais que os produzem. Pelo contrário, eles não podem ser completamente compreendidos à parte das pessoas, das práticas organizacionais, dos processos de significação coletiva, dos laços afetivos, das relações interdependentes e recíprocas que lhes dão forma cotidiana, que os produzem.

Durante minha pesquisa, trabalhando com um grupo tão diverso como o UFGInclui, que envolve muitos povos indígenas e comunidades quilombolas, compreendi a relevância de construir novas formas de convivência através da coletividade e do afeto, e de pensar no bem comum. A luta pelo bem-estar de uma comunidade é bem maior que as diferenças culturais. Infelizmente, porém, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFG, onde cursei meu mestrado, as aproximações dos indígenas com os negros e negros quilombolas ainda são tímidas. Ali não existe oficialmente um coletivo de estudantes cotistas, mas, particularmente, conseguimos formar um grupo pequeno para garantir um diálogo com a coordenação sobre a nossa permanência no programa. E mais: existe nesse grupo um movimento em direção à circularidade nas relações afroindigenafetivas na UFG e à retroalimentação dessas relações, marcadas pela solidariedade nos domínios econômico, intelectual e emocional. Parece haver um pacto em que todos se ajudam diante das necessidades e dificuldades surgidas nestas áreas, sobretudo a emocional. Afinal, a essência das comunidades negras, negras quilombolas, indígenas e outras deve ser o bem comum e a alegria; a compreensão da circularidade do ser humano: “eu sou porque nós todos somos”; e enfim, o resgate do ubuntu dentro e fora do espaço acadêmico.

Redes afroindigenafetivas construídas dentro da UFG como alternativa de sobrevivência

Não sou descendente de escravos, sou descendente de vários povos que foram escravizados há mais de trezentos anos.

Makota Valdina

Júlio, um dos meus entrevistados, também chamado pelos amigos de Kamêr, comentando sobre seu nome indígena, diz:

Na verdade, tenho vários nomes, e um deles é este que minha *nã* (tia) me pôs em homenagem a um dos parentes que já estavam antes de mim, é uma forma de preservar a memória de quem já teve esse nome Kamêr. E essa pessoa era excelente liderança e principalmente cantor, por isso recebi esse nome para continuar [...] sua memória social. Literalmente a palavra significa bacaba, uma fruta da palmeira (Entrevista nº 10, Goiânia, 25 de fevereiro de 2019).

Lembro-me de várias situações de preconceitos contra ele quando íamos aos supermercados, restaurantes e lanchonetes: pessoas nos olhando ou fazendo perguntas preconceituosas, indagando, por exemplo, se ele era índio de verdade. Eu ficava extremamente nervosa e respondia a todos, mas ele sempre dizia: “deixe eles falar e falar, não precisamos dar respostas”.

Um dia nós, quilombolas e indígenas do mestrado, estávamos conversando sobre o quanto somos maltratados nos espaços em que damos palestras, já que constantemente nos chamam para falar sobre a experiência de sermos os primeiros estudantes com esse perfil na pós-graduação em Antropologia Social da UFG. Nesse dia, falamos muito do racismo estrutural e da intensidade com que está enraizado nas instituições de ensino e em tantas outras e de como alguns pesquisadores das comunidades indígenas e quilombolas reproduzem seus preconceitos na nossa frente, sem pudores. Sem dizer que escrevem a nosso respeito e não dão uma devolutiva para a comunidade, não

nos consultam sobre o que falam de nós. Nesse meio, o escrever juntos não existe, os produtores de conhecimentos são apenas eles, de modo unilateral. E não aceitamos mais ouvir calados sobre as nossas formas de ser.

Para ilustrar isso, trago aqui o caso da Creuza Krahô, que, na sua banca da dissertação do mestrado, foi questionada sobre a sua abordagem feminina do resguardo. Um dos membros da banca, um pesquisador que esteve em sua comunidade na década de 1960, considerou errada a forma como Creuza descrevia e conceituava o resguardo. No entanto, ela permaneceu firme à sua abordagem e enfatizou: “os pesquisadores devem conversar *é* com as mulheres da aldeia, elas *é* que percebem tudo que ocorre [ali dentro], temos uma visão mais ampliada”. Segundo ela,

[t]odos os antropólogos que vão aos Krahô só pesquisam os homens. Eles não pesquisam as mulheres. A mulher fica de lado, sempre lá para os fundos da casa. Eles não chamam as mulheres para pesquisar. Fiquei observando isso desde quando meu marido era vivo e eu me perguntava: por que os antropólogos vão à aldeia e só pesquisam os homens? Só andam com os homens? Os mensageiros da aldeia são os homens, para dar notícia, para distribuir. Mas *é* falsidade os homens explicarem tudo porque não sabem tudo (Krahô Prumkwyj, 2017a).

A autora tem razão: nossos corpos são violados e nossa intelectualidade *é* questionada, na sala de aula e em todos os espaços, pelos ouvidos que não nos ouvem, pelas vozes que falam mais do que escutam. Assim, desenvolver a solidariedade entre nós foi um processo bem natural, pois nos unimos para expressar nossa objeção a isto. Reconhecemos nossos irmãos apesar das nossas diferenças culturais e, nessa trajetória compartilhada, tecemos a nossa rede afroindigenafetiva. Com os parentes indígenas, eu aprendi, entre outras coisas, a não sentir tristeza. Toda vez que um de nós *está* triste, fazemos algumas coisas juntos. Talvez até nós mesmos desconheçamos o poder que temos quando estamos unidos no espaço acadêmico para enfrentar a ausência de uma política mais efetiva de inclusão.

Caiane Reiner, estudante trans negra do curso de Engenharia da UFG, propôs, em um evento, discutir sobre os corpos negros na Engenharia e sobre a necessidade de construirmos redes de afetos. Em suas palavras, se não houver possibilidades dentro do espaço acadêmico, deveremos perfurar a bolha e sair em busca dos pares que estão a quilômetros da instituição. Segundo Caiane, “existe uma rede de pretas periféricas que [a] ajudará a percorrer o espaço com sanidade”, e ela aborda a questão sempre enfatizando a necessidade de nos encontrar para tomar café, comer bolo e ensinar cálculo para manas negras que tenham dificuldade no assunto, em vez de ficarmos apenas na dor. É necessário transgredir, ultrapassar essa ferida. Embora não seja fácil, é possível amarmos, afroafetarmos.

Demorei algum tempo para me posicionar como mulher preta quilombola e assumir minha identidade afro-brasileira, e bem sabemos as motivações para uma mulher não se compreender negra. A sociedade brasileira, a mídia, os professores, as instituições, tudo está voltado para a branquitude, para a reprodução de um imaginário ofensivo sobre os negros. Desde pequenos, vemos as pessoas fazerem questão de apontar as nossas características negroides de forma depreciativa, na escola, no trabalho, na igreja etc. Muitas vezes, de forma sutil, ouvimos piadinhas, comparações entre os negros e certos animais, e principalmente a mulher negra é vista como violenta ou hipersexualizada. Esses discursos afetam a nossa saúde mental. Não é sem razão, portanto, que às vezes nos camuflamos no desejo de uma branquitude para nos esquivar do ódio social.

Descobrir-se negra no Brasil é muito doloroso. De acordo com Neusa Santos Souza, pesquisadora da saúde mental da população negra,

[a] descoberta de ser negra é mais que constatação do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal depois do trabalho de se descortinar muitos véus). Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências compelidas a expectativas alienadas. Mas é, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 1983, p. 17-18).

Demorei muito para compreender o porquê de eu estudar mais e precisar trabalhar ao mesmo tempo. É leviano dizer que temos as mesmas oportunidades que as pessoas brancas para concorrer a quaisquer vagas que queiramos. Leviano pensar que desfrutamos das mesmas condições físicas, econômicas e psicológicas.

O *racismo institucional* e o *epistemicídio* nos deslocam e nos obrigam a perceber, desde crianças, que devemos deixar as mãos sempre à vista no supermercado; evitar certos lugares; não andar à noite e nunca reagir a uma intervenção policial. E quantas vezes já lacrimejamos os olhos em um congresso acadêmico ao perceber que um estudante branco troca as malas de lugar porque nos sentamos perto dele!

Não somos ladrões, nem intelectualmente atrasados como repassam nos livros de história, na mídia, no cotidiano enfim; o que houve foi a ocultação da História do povo negro em favor da democracia racial. Temos condições de participar ativamente da sociedade. E não somos culpados se os incentivos para acessar a educação, a saúde, o lazer e a cultura foram e continuam sendo, na maioria dos casos, apenas para a população branca.

Contra esse estado de coisas, uma das armas é a autoafirmação do SER NEGRO de forma positivada. Quando as populações negra e negra quilombola se autoafirmam como tais, aumentam sua estima própria e se deslocam para o encontro do outro, de forma a recriar e fortalecer os laços que foram brutalmente rompidos ao longo da diáspora. Afinal, por mais que saibamos da diversidade existente de negros e comunidades quilombolas, a coletividade é o nosso ponto de encontro.

A afroafirmação de nossa existência se concretiza, por exemplo, quando convocamos a população negra a compreender a nossa história e a comprar produtos que remetem à nossa cultura, fazendo girar o *black money*. Normalmente, os produtos do mercado não levam em consideração as populações negra e indígena. A propósito, fazendo face a esta condição, os indígenas vêm se autoafirmando ao criar canais de comunicação contando suas trajetórias,

criando a sua programação e transmitindo informações com base em sua perspectiva. Nessas mídias alternativas, circulam dados referentes a eles e antes não discutidos – ou discutidos por outros sujeitos.

A Rádio Yandê é um exemplo de etnomídia (Figura 2), e, em sua descrição própria, podemos perceber a presença da filosofia ubuntu:

Yandê é a nossa rádio, feita para “você” e [para] “todos nós”. Como diz o ditado, tudo que fazemos juntos fica melhor, [e] é com esse conceito que nós, do Grupo de Comunicação Yandê, trabalhamos. A Rádio Yandê é educativa e cultural. Temos como objetivo a difusão da cultura indígena através da ótica tradicional, mas agregando a velocidade e o alcance da tecnologia e da internet. Nossa necessidade de incentivar novos “correspondentes indígenas” no Brasil faz com que possamos construir uma comunicação colaborativa muito mais forte, isso comparada as mídias tradicionais de Rádio e TV.¹

O que é interessante na etnocomunicação da Rádio Yandê é que ela vai para as universidades e aldeias não sendo uma rádio em moldes tradicionais. Leva a cultura de vários povos e é multilíngue, ao contrário das universidades, que continuam monolíngues, mesmo acolhendo vários povos de diferentes línguas.

Figura 2 – Material de divulgação da Rádio Yandê



Fonte: <https://onlineradiobox.com/br/yande/>.

1 Disponível em: <https://onlineradiobox.com/br/yande/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

Antes de conseguir uma vaga na UFG, tentei vestibular sete vezes. Algumas vezes até conseguir passar, porém, ao chegar para fazer a matrícula, a ausência de pares me fazia desistir, com medo de uma realidade bem distinta daquela que eu vivia. No entanto, em 2011, ao fazer novamente o vestibular, decidi enfrentar o medo do racismo e da solidão e entrar na graduação. O que aconteceu foi exatamente o que eu temia: tinha poucos amigos, e a maioria estava interessada na competição. Consegui fazer amizade com quatro estudantes que se sentavam no fundo da sala, bem mais jovens do que eu, mas, apesar da diferença de idade, elas se tornaram minhas companheiras de trajetória acadêmica.

Ainda assim, muitas vezes eu me sentia sozinha na universidade por não ter ali muitos negros e indígenas. Estes últimos, só os via nos períodos de férias e nunca entendia por que eles apareciam apenas nesses períodos. Descobri, mais tarde, que era a época em que vinham, por intermédio das ações afirmativas da UFG, fazer licenciatura em Educação Intercultural na instituição. Minha busca por outros estudantes cotistas do programa UFGInclui era intensa, mas a Pró-Reitoria de Graduação informava-me sempre que existia um sigilo sobre os nomes dos aprovados pelas ações afirmativas. Sem me contentar com essa resposta, vivia à procura dos outros pares.

No corpo docente, era evidente a ausência de negros, quilombolas e indígenas, e comecei a ir às reuniões que tratavam da negritude na UFG. Conheci professoras negras e nelas, muitas vezes, percebia tristeza e esgotamento mental, entretanto, como não havia ainda conversado com elas, considerava aquilo apenas impressões. Com o tempo, todavia, vieram a admitir que era extremamente difícil ser as únicas professoras negras em toda a instituição.

Ao longo da minha trajetória acadêmica e por indicação de algumas professoras e professores, passei a ler autoras negras. Uma delas foi a bell hooks, que trata sobre a ausência do amor. Tive que ler mais vezes essa autora para me ver naquelas linhas e nelas descobrir, também, as mulheres da minha família e as/os professoras/es negras/os, todas/os com dificuldade de amar. Toda aquela fúria que eu, elas, nós carregamos vem da ausência de afetos negados ao longo

dos anos pelo processo escravocrata. E é inútil querer que isso desapareça da noite para o dia, principalmente em um espaço acadêmico onde, muitas vezes, a estratégia é esconder os sentimentos e se tornar uma máquina produtiva. A respeito disso, uma de minhas entrevistadas, Vanessa Fonte de Oliveira, comenta:

É um processo de inferiorização: a gente escuta o tempo todo que não pode estar dentro da universidade. Quando a gente entra na universidade, escuta que nada tá bom, que não é isso, que a gente tem que melhorar. Tem que escrever melhor, tem que ler mais. Então, a gente fica com o psicológico no processo de inferiorização. Você faz uma coisa até legal, massa, mas na sua mente tá assim: será que é bom o suficiente? [...] na universidade, se você é negro, tem que dar mais, se você é mulher, tem que dar mais, se você é indígena, tem que dar mais, ou seja, é uma luta constante, uma luta diária e muito dolorosa (Entrevista nº 9, Goiânia, 24 de fevereiro de 2019).

Os fatos descritos indicam que os coletivos negros nas instituições acadêmicas têm um papel essencial, academicamente e psicologicamente. A universidade foi, por muitos anos, um ambiente ocupado apenas por pessoas brancas e socioeconomicamente pertencentes às classes média e alta. Assim, o sistema de cotas nas universidades brasileiras é importante para provocar essa estrutura e proporcionar “pluriversidade”, um conceito visto por alguns docentes e discentes como algo não positivo. Nessas instituições, o racismo vem à tona através de piadas desferidas contra um número expressivo de estudantes cotistas, embora essas práticas sejam questionadas e denunciadas. Nas falas dos sujeitos entrevistados, o ambiente acadêmico é apontado como adoecedor e racista.

Por isso a rede afroindigenafetiva é indispensável para assegurar, através da luta, o direito à permanência. Ela deve ser compreendida como uma ferramenta poderosa entre os sujeitos negros quilombolas, negros e indígenas para o enfrentamento cotidiano do racismo institucional e para o desenvolvimento

dos laços profundos que foram rompidos ao longo da trajetória brasileira. Podemos comparar essa rede com um grande quilombo, em que as pessoas compartilham vivências, laços familiares e de amizade, mantendo-se unidas contra qualquer forma de opressão política e social.

A união é fortalecedora como esta música cantada por indígenas e quilombolas: “pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro”. Se no passado reprimimos os nossos sentimentos como estratégia de sobrevivência, na atualidade o amor é um dispositivo potente para a sobrevivência das populações negra e negra quilombola, e o afroafeto nos conduzirá a (re)existência nos espaços que antes eram reservados à elite branca. Entre os coletivos de estudantes negros e indígenas, o afroafeto tornou-se a maior arma para a revolução no espaço acadêmico e a transposição dos muros epistêmicos, possibilitando às populações indígena, negra e negra quilombola manter seus laços com as comunidades de origem.

As redes afroindigenafetivas que foram construídas no âmbito da UFG trazem consigo uma nova forma de pensar a reprodução do comum, do afeto e da coletividade. São uma alternativa ao individualismo e ao egocentrismo estimulados por esse espaço, em que a tendência do sujeito é “entrar no esquema”, ou seja, camuflar a sua identidade em vez de assumi-la. Como se isso fosse possível para alguém cuja pele está marcada.

Um dos modos de funcionamento dessas redes são os coletivos formados pelas populações aqui mencionadas. Na maioria de suas falas, as/os entrevistadas/os apontaram como ponto crucial para sua permanência no espaço acadêmico a participação no Canbenas e em outros coletivos existentes nas instituições federais de ensino. No dia da matrícula na UFG, eu e outros alunos que entraram nesta universidade encontramos o Ígor – na época, estudante do curso de História – chamando para a participação no Canbenas e informando acerca das políticas de permanência na graduação. Sobre a importância desse coletivo, é emblemática a fala do entrevistado Iodenes Borges Figueira Cerqueira:

Quando eu fui fazer a matrícula, encontrei estudantes do CANBENAS. Então, por isso, eu acho superpositivo essa recepção de cotistas na matrícula. Era o Ígor na época, e ele me deu o material e falou: “olha, vai ter reunião tal dia, vamos lá”? “Vamos.” E aí eu acho que fui em três reuniões. Depois eu conheci a Janira do IF, que, com a Érica, tava meio que [começando] um coletivo lá no IF. Então, desde o primeiro ano da faculdade, já tentei entrar pra me localizar e reforçar, e para continuar esse curso, né? E aí nisso fui me reforçando, conseguindo fazer amizades. Fui demarcando o meu local de fala, ainda com toda a minha dificuldade naquela graduação (Entrevista nº 2, Goiânia, 11 de fevereiro de 2019).

O método fotovoz e a rede afroindigenafetiva

O método fotovoz foi desenvolvido pelas pesquisadoras Caroline Wang e M. Burris na Escola de Saúde da Universidade de Michigan na década de 1990. A técnica consiste em fotografar e, com base nas imagens registradas, construir textos na tentativa de dar voz e escuta a grupos minoritários, refletir sobre a sua realidade e buscar melhorá-la.

De acordo com Wang e Burris (1997), o fotovoz tem três principais objetivos: o primeiro é a permissão para tirar fotos em uma comunidade tendo em vista ponderar sobre os pontos fortes e as inquietações locais detectadas por meio das fotos; o segundo, provocar um diálogo crítico acerca das questões mais pertinentes em grupos grandes e pequenos; e por fim, o terceiro, fazer com que as demandas identificadas cheguem às autoridades que cuidam das políticas.

O método em discussão é amplamente usado em outros contextos e projetos com princípios similares. Conforme o projeto Milpas Educativas, que atua junto às populações indígenas mexicanas, o fotovoz ajuda a evidenciar as sequências das atividades realizadas em cada comunidade com o intuito de sistematizar os processos e discutir sobre eles.

A escolha dessa metodologia é de suma importância na minha trajetória. Apenas o texto não conseguiria abarcar a realidade, que ficaria congelada em uma narrativa exclusivamente verbal. Para evitar que isso acontecesse e dar mais vida à minha pesquisa, lancei mão de várias fotografias, como as que seguem abaixo: imagens do Coletivo de Estudantes Indígenas e Quilombolas (Uneiq), de oficinas de turbantes, da minha qualificação e das qualificações do Kamêr e da Letícia. As imagens trazem as respectivas descrições desses momentos vivenciados através das redes afroindigenafetivas construídas dentro da UFG em busca de romper com os preconceitos e o racismo, em busca do bem viver.

No mês de abril de 2013, aconteceu a primeira reunião dos estudantes indígenas e quilombolas do programa UFGInclui, no Núcleo Takinahaký de Formação Superior Indígena da UFG, conhecido também como Oca, um espaço até então pouco explorado por nós, estudantes, e que se tornou um local de resistência, estratégico para reuniões e encontros. A reunião aconteceu a convite da Pró-Reitoria de Graduação (professor Luiz Mello), da Coordenação de Inclusão e Permanência (professor Jean T. Baptista) e da Coordenação de Ações Afirmativas (professora Luciene Dias). Contou-se ainda com a participação da professora Maria Clorinda Soares, da Pró-Reitora de Pesquisa daquela gestão.

Aquele foi o primeiro encontro dos estudantes indígenas e quilombolas depois de três anos da criação do programa UFGInclui. Os encontros anteriores ocorriam uma vez ao ano com o objetivo de avaliar o desempenho desses estudantes. Os coordenadores dos cursos pegavam as notas dos alunos e faziam simplesmente um discurso interminável sobre as dificuldades deles em acompanhar a maioria dos demais estudantes. Nem ao menos propunham estratégias para que fossem incluídos.

Nossa reunião de 2013, portanto, foi um avanço, por isso marcaria a memória dos estudantes indígenas e quilombolas presentes nesse dia. Foi uma mistura de sentimentos, choros, alegrias, reclamações, mágoas. Percebemos que as demandas dos negros e quilombolas eram bem próximas das necessidades dos

indígenas e que poderíamos mudar a nossa realidade e a de quem viesse futuramente, caso trabalhássemos as questões ali surgidas. Assim, nossos futuros pares universitários estariam em um lugar mais receptivo e acolhedor, e poderiam, dessa forma, construir suas trajetórias acadêmicas de maneira mais saudável.

A foto abaixo (Figura 3) é deste nosso primeiro encontro, no Núcleo Taki-nahaký, lugar muito significativo para as populações indígenas. Na reunião, conversamos das nossas dores, que não eram poucas, e acordamos em seguir juntos, auxiliando um ao outro. Por isso, é perceptível, na fotografia, que, entre nós, não existe um vazio; estamos todos bem grudadinhos.

Figura 3 – Primeiro encontro dos estudantes do programa UFGInclui, da Pró-Reitoria de Graduação, da Coordenação da Graduação, Inclusão e Permanência, e da Coordenação de Ações Afirmativas (2013)



Fonte: Arquivos da autora (2013).

O Coletivo Uneiq, mencionado acima, foi criado um mês depois do encontro. Foi acordado que a coordenação dos próximos encontros seria rotativa e, a cada reunião, um indígena e um quilombola seriam os responsáveis por marcar o local das reuniões, coordenar a votação das decisões no grupo criado nas redes sociais e anotar as demandas. A ata seria redigida por qualquer estu-

dante que se disponibilizasse. Assim, as reuniões passaram a acontecer. Eram mensais, com duração de uma hora e meia, e finalizávamos sempre com um lanche coletivo, momento de união e troca de afetos. A Figura 4 mostra uma reunião realizada em 2014 na CEU do Setor Universitário.

Figura 4 – Reunião dos estudantes do programa UFGInclui na CEU do Universitário (2014)



Fonte: Arquivo da autora (2014).

Depois do encontro no Setor Universitário, marcamos uma reunião na Reitoria da UFG (Figura 5) com o reitor Orlando Amaral e a coordenadora da Coordenadoria de Ações Afirmativas-UFG, na época, professora Luciene Dias, para repassar as pautas relativas à nossa permanência na UFG. A conversa foi extensa, porém nos foram assegurados muitos benefícios, como alimentação no RU para todos os estudantes indígenas e quilombolas, garantida no ato da matrícula; espaço de convivência para estudo e descanso; acesso ao uso dos

computadores; fotocópias; ônibus e passagens para a participação em eventos científicos; atuação em monitorias e a possibilidade de cotas na pós-graduação, já que alguns dos membros do Uneiq não tinham conseguido continuar a trajetória acadêmica em virtude dos mecanismos de exclusão.

Figura 5 – Encontro na Reitoria da UFG (2014)



Fonte: Arquivos da autora (2014).

Em outra ocasião, solicitamos e conseguimos um micro-ônibus para participarmos do II Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (Enei) na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, em 2014. O encontro foi muito enriquecedor para nós, estudantes quilombolas. Durante o evento, um dos líderes me fez uma provocação: “É importante que vocês organizem um evento semelhante pensando nas temáticas quilombolas.” Na hora, fiquei um pouco chateada, no entanto compreendi que ele não estava expulsando do evento os quilombolas, mas apontando a necessidade de nos fortalecer através de encontros acadêmicos focados nas nossas epistemologias.

Ao retornarmos do Enei, o motorista confundiu a saída da cidade e ficamos perdidos na estrada. Realizamos então uma parada em um terreno no meio

do nada. O sol já ia se pondo quando decidimos tirar uma fotografia (Figura 6) para registrar os nossos laços de amizade e bem-estar, e o entrelaçamento de nossas afetividades. Com a mesma finalidade, outra fotografia foi tirada na fronteira entre Mato Grosso e Goiás (Figura 7).

Figura 6 – Voltando do Enei, Dourados, Mato Grosso do Sul (2014)



Fonte: Arquivos da autora (2014).

Figura 7 – Na fronteira entre Mato Grosso do Sul e Goiás.



Fonte: Arquivos da autora (2014).

Outro fato acontecido na viagem, do qual riríamos depois, foi a intervenção da Polícia Rodoviária em nosso veículo com o objetivo de averiguar possível tráfico de animais ou drogas. Ao entrar no micro-ônibus, os policiais pediram aos alunos quilombolas que mostrassem sua identidade. Fiquei um pouco alterada, mas a maioria concordou em fazê-lo, com medo dos policiais, que estavam armados. Um deles perguntou de onde vínhamos, e nossa amiga Franca Xavante respondeu-lhe na língua materna dela. Os policiais, sem entender, ficaram calados e mandaram o motorista seguir.

Depois, bem depois, caímos na risada e perguntamos à nossa colega o que ela havia falado para o motorista. E ela: “Eu falei que nós éramos estudantes, que todos estávamos com fome e cansados, e que nos deixassem ir”. Falei sobre o comportamento racista dos policiais e fomos conversando sobre a situação. Foi uma viagem animada, com parceria e música de todos os estilos. As viagens normalmente têm discussões e brigas por conta de barulho, mas, de forma geral, são tranquilas, pois há muito respeito entre nós.

Depois desta viagem, tivemos outros encontros, um deles em uma pizzaria próxima ao centro da cidade de Goiânia, GO, de modo a tornar fácil para todos a chegada ao local. Foi a primeira ação que realizamos com a intenção de expandir nossas atividades para uma vida de lazer convencional, como qualquer rede de amigos o faz. Mas éramos uma rede nova e diferenciada, nascida na UFG, então a se fortalecer com uma dinâmica simples, a confraternização e o jogo de amigo-secreto.

Por sermos pessoas com perfis diferentes do público que normalmente frequenta esse espaço, causamos um estranhamento ao restaurante, no entanto ficamos ali e fizemos a nossa troca de presentes e afetos. Aliás, não pude deixar de observar que, na hora de pagarmos a conta, o pessoal do restaurante fez diversos questionamentos, duvidando que tivéssemos pagado tudo corretamente. Na foto abaixo (Figura 8), podemos ver muitos dos participantes deste encontro, quando já se aproximava o final da confraternização.

Figura 8 – Encontro na pizzaria para a confraternização da rede afroindigenafetiva



Foto: Reigler Barbosa (2013).

Apesar de passarmos a ter encontros fora da UFG, era vital que continuássemos a realizar as reuniões do Uneiq no interior da Universidade. Um desses encontros (Figura 9), realizado, mais uma vez, na CEU do Setor Universitário, girou em torno do tema da moradia, que se tornou central em nossos debates, uma vez que boa parte dos acadêmicos, sobretudo aqueles provenientes de comunidades, não tinha na Casa dos Estudantes uma habitação segura durante sua estadia na instituição.

Já nos primeiros encontros voltados para essa questão, notava-se que a moradia estudantil apresentava problemas relacionados ao respeito à diversidade. Em diversas reuniões, foi relatado que, nos quartos onde os estudantes indígenas e quilombolas eram alocados, havia casos de conflito cultural, tal qual o recorrente uso de drogas pelos brancos e outros comportamentos incompatíveis com a realidade das nossas comunidades. Em solidariedade a essa pauta, tornou-se uma bandeira do grupo a criação de uma moradia própria para os estudantes do UFGInclui, de modo que foram alugadas duas casas, uma localizada na Vila Itatiaia e a outra no Setor Universitário.

Figura 9 – Reunião para discutir os conflitos interculturais na CEU



Fonte: Arquivos da autora (2014).

Conforme acordado, as reuniões do Coletivo Uneiq aconteceriam um mês no Câmpus Universitário e outro no Câmpus Samambaia. Quando as realizávamos no Samambaia, o número de participantes era menor em razão da distância para o deslocamento, mas era necessário fazer as reuniões com aqueles que podiam estar presentes. Das demandas colocadas, as principais eram o racismo institucional e a necessidade de diálogo com os coordenadores dos cursos a fim de estabelecer uma estratégia de sobrevivência para os estudantes indígenas e quilombolas, e assim seguíamos discutindo as formas de levar essas demandas adiante. No final de cada reunião, era incrível o lanche coletivo (Figura 10). Sempre sobrava algo para quem quisesse levar para casa. Isso comprova a opinião dos mais velhos de que aquilo que é dado com afeto sobra e pode ser partilhado novamente.

Figura 10 – Lanche coletivo do Uneiq (2016)



Foto: Marcos Lima (2016).

Se nossas reuniões eram momentos de discussão dos problemas que nos afetavam, também constituíam uma oportunidade para compartilharmos nossas alegrias. Assim, aproveitamos um desses encontros para celebrar a chegada do

filho de um casal do UFGInclui, Leomar Xerente e Vanessa Karajá. Quando anunciaram a gestação da criança, fizemos questão de festejar, como toda família ao receber a notícia da chegada de um bebê. Logo após a realização de uma reunião, fizemos o lanche e o chá de fraldas deles (Figura 11).

Depois, com o nascimento do bebê, outras demandas se tornaram prioridades essenciais para a sobrevivência da família, e Vanessa passou a questionar o espaço acadêmico que não acolhe a mãe estudante com seu filho, não promove o acesso à creche para a criança nem moradia estudantil para a mãe. A assistência social da UFG se posicionava com o discurso de que a bolsa MEC no valor de R\$900,00 era suficiente para a permanência na universidade. “E se fossem vocês?”, respondia Vanessa, “viveriam com o valor dessa bolsa? Se nós morássemos na aldeia, não precisaríamos estar discutindo isso, porque lá temos tudo que precisamos para a criação da minha filha.”

Figura 11 – Chá de fraldas do casal Leomar Xerente e Vanessa Karajá (2016)



Fonte: Arquivos da autora (2016).

Em 2018, na avaliação do UFGInclui, outra mãe indígena relata sua experiência de ser mãe e acadêmica ao mesmo tempo, apontando o inconveniente da situação: “Minha família está na aldeia, e a licença-maternidade foi rápida. Eu cantei a mesma canção para minha filha várias vezes, deixei peça de roupa para ela sentir meu cheiro, para que se lembre de mim quando eu retornar.” Ela disse que está perdendo a fase mais importante da filha, mas que precisa seguir e concluir a trajetória acadêmica. Ter que deixar seus filhos nas comunidades é realmente um problema para as mães indígenas, negras e negras quilombolas, que não têm acesso à creche na UFG.

As ações afirmativas devem vir, portanto, acompanhadas de políticas de permanência para esse público, de acordo com suas especificidades. “Não faz sentido incluir por um lado e excluir por outro; o recorte tem de ser racial [e] social”, como afirma a Márcia Panther, do Coletivo Uneiq. Aliás, no programa UFGInclui, a demanda para creche é bem pequena e, por conseguinte, poderia ser rapidamente resolvida.

A respeito da ideia do primeiro grande encontro dos estudantes quilombolas, surgida durante o II Enei (2014), no Mato Grosso do Sul, demorou um tempo para a colocarmos em prática, pois queríamos que fosse um Encontro Nacional na UFG. Porém, como seria necessário muito tempo e esforço para entrarmos em contato com as outras universidades federais e mobilizá-las para o evento, resolvemos começar apenas na UFG, com o I Encontro de Trocas de Saberes. Para isso, contamos com o apoio dos parentes indígenas.

O evento aconteceu no dia 20 de novembro de 2016, já que novembro é o mês da Consciência Negra e que a data caiu no final de semana, em meio a várias comemorações que se realizavam na cidade visando debater o tema. O local do Encontro foi o pátio do Espaço de Convivência-UFG, Câmpus Samambaia. Na foto abaixo (Figura 12), aparecem duas quilombolas da comunidade Kalunga interagindo durante o Encontro, a Ianara F. Coutinho e a Eudiane Silva. Ianara está fazendo uma pintura afro no rosto da Eudiane, e o seu cuidado ao desenvolver o grafismo é perceptível pela forma como ela segura o rosto da colega.

Figura 12 – Pintura afro realizada no I Encontro de Trocas de Saberes (2016)



Foto: Alana Maia (2016).

Conforme previsto na programação, o evento durou o dia todo, com a exibição e o debate de documentários na parte da manhã e várias outras atividades à tarde: oficinas de turbante, desfile das mulheres negras quilombolas, capoeira e a “suça”, uma dança realizada pelos quilombolas kalungueiros (Figura 13). Na finalização, tivemos música do cantor e compositor negro Wilton Jhon. O Encontro fortaleceu o Coletivo Uneiq, tendo contado com um número de participantes além do esperado: oitenta pessoas, a maioria composta de estudantes quilombolas.

Figura 13 – “Suça”: I Encontro Troca de Saberes, UFG (2016)



Foto: Maria Bethânia (2016).

E para (não) concluir

Minha preocupação com a assistência aos estudantes negros, negros quilombolas e indígenas da UFG e com a sua permanência na instituição surgiu assim que passei na primeira graduação, em Relações Públicas. Durante os dois primeiros anos de curso, trabalhei como diarista para conseguir sobreviver dentro da UFG, que, apesar de pública, tem, no entanto, uma estrutura elitista.

No primeiro ano, sentia falta de outros estudantes do programa UFGInclui e esperava encontrá-los nos corredores, no RU e na sala de aula, porém a busca teria que ser mais intensa do que imaginava. Tentei conseguir informações com a Pró-Reitoria de Graduação, mas a resposta era sempre a mesma: eles tinham que manter sigilo sobre os estudantes do UFGInclui. Continuei então a busca e decidi que o objetivo do meu TCC seria pensar estratégias de visibilidade para os estudantes do programa. Após várias tentativas, consegui me reunir com eles em 2013, conforme citado no decorrer do texto, e, depois

dessa primeira reunião, os nossos caminhos se entrelaçaram e construímos a rede afroindigenafetiva, essencial para a luta estudantil.

Ao longo de quase dez anos de movimentos, conseguimos assegurar algumas reivindicações essenciais para a permanência dos estudantes indígenas e negros quilombolas na UFG. Com o tempo, fui percebendo que as posturas (positivas ou negativas) demonstradas pela gestão da Universidade influenciam as políticas de permanência, ou seja, quando a gestão é mais progressista e dialoga com o movimento, as demandas saem do papel e são implementadas. Percebi ainda que, ao mudar a gestão, reinicia a luta do movimento para convencer os novos gestores da importância da continuidade do programa UFGInclui. Lamentavelmente, pois as políticas de permanência dos estudantes deveriam ser políticas da UFG, e não das gestões, como vem ocorrendo ao longo dos anos de vigência do programa. Diante desta ausência de um projeto unificado em favor dos sujeitos descritos é que se faz tão necessária a construção do quilombo universitário. Seguimos na luta.

Referências

A COISA tá preta. Intérprete e compositor: Rincon Sapiência. *In*: GALANGA livre. Intérprete: Rincon Sapiência. Direção: Luis Rodrigues; Rincon Sapiência. Produção: Porqueeu Filmes. 2017. 1 CD, faixa 9.

AGUILAR, Gutiérrez Raquel; LINSALATA, Lucia; TRUJILLO, Navarro Lorena Nina. Repensar lo político, pensar lo común: claves para la discusión. *In*: INCLÁN SOLÍS, Daniel; LINSALATA, Lucía; MILLÁN, Mária (coord.). *Modernidades alternativas*. Cidade do México: Ediciones del Lirio, 2016. p. 377-417. (Colección Modernidades alternativas y nuevo sentido común).

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 1981.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. *¡A desordenar!* por uma história aberta de la lucha social. Buenos Aires: Tinta Limón; México: Pez en el Árbol, 2016.

HERBETTA, Alexandre Ferraz. Por entre trilhas indígenas. *Vivência: Revista de Antropologia*, Porto Alegre, v. 1, p. 1-20, 2014.

HOOKS, bell. *Vivendo de amor*. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-degenero/4799-vivendo-de-amor>Acesso em: 22 out. 2018.

INGOLD, Tim. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. New York: Routledge, 2011.

KAKOSI KASHINDI, Jean Bosco. *Filosofia africana: a luta pela razão e uma cosmovisão para proteger todas as formas de vida*. [Entrevista cedida a] Marco Weissheimer. 2018. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo19/02_KAKOZI_Ensaios_Filosoficos_Volume_XIX.pdf. Acesso em: 27 maio 2018.

PIEDADE, Vilma. *Dororidades*. São Paulo: Nós, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Universitário-UFG. *Resolução nº 29, de 01 de agosto de 2008*. Cria o Programa UFGInclui na Universidade Federal de Goiás e dá outras providências. Goiânia: Conselho Universitário-UFG, 2008. Disponível em: https://prograd.ufg.br/up/90/o/Resolucao_CONSUNI_2008_0029.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Universitário-UFG. *Resolução Consuni nº 31, de 2012*. Altera a Resolução de nº 29 de 2008, modificada pela Resolução 20, de 2010, e 18 de 2011, que dispõem sobre o Programa UFGInclui na UFG. Goiânia: Conselho Universitário-UFG, 2012. Disponível em: http://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2012_0031.pdf. Acesso em: 10 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Universitário. *Resolução Consuni nº 7, de 2015*. Dispõe sobre a política de ações afirmativas para pretos, pardos e indígenas na Pós- Graduação na UFG. Goiânia: Conselho Universitário-UFG, 2015. Disponível em: https://ppgep.fct.ufg.br/up/1135/o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CONSUNI_007-2015_PPL.pdf. Acesso em: 10 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Edital nº 02/2016*: edital de seleção ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Mestrado e Doutorado (ampla concorrência e vagas para as ações afirmativas). Disponível em: <https://ppgas>.

cienciassociais.ufg.br/up/188/o/Edital_PPGAS_Sele%C3%A7%C3%A3o_turma_2017_-_FINAL.pdf?1473091202. Acesso em: 18 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Edital nº 09/2016*: edital para seleção de Mestrado em Direito Agrário para 2017. Disponível em: <https://mestrado.direito.ufg.br/n/91712-edital-de-selecao-n-09-2016>. Acesso em: 18 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Edital nº 002/2016*: edital para o processo seletivo 2016 do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em: https://fic.ufg.br/up/74/o/Edital_Final_PS_2016-2017.pdf. Acesso em: 11 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Edital nº 03/2017*: edital de inscrição, seleção e matrícula aos Cursos de Mestrado e Doutorado em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás para 2018. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-letras/editais-selecao>. Acesso em: 20 jul. 2018.

WANG, Caroline; BURRIS, Mary Ann. *Photovoice*: concept, methodology, and use for participatory needs assessment. [S. L.]: Health Education & Behavior, 1997. p. 369-387.

Entrevistas (não publicadas)

BRITO, Mario Eugenio Evangelista Silva. Entrevista nº 5. Entrevistadora: Marta Quintiliano. Goiânia, 21 de fevereiro de 2018.

CERQUEIRA, Iodenes Borges Figueira. Entrevista nº 2. Entrevistadora: Marta Quintiliano. Goiânia, 11 de fevereiro de 2019.

OLIVEIRA, Vanessa Fonte de. Entrevista nº 9. Entrevistadora: Marta Quintiliano. Goiânia, 24 de fevereiro de 2019.

KAMÊR, Júlio. Entrevista nº 10. Entrevistadora: Marta Quintiliano. Goiânia, 25 de fevereiro de 2019.